



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS|GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

RELATÓRIO DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE GESTÃO E GOVERNANÇA

Data: 26/02/2024

Horário: 09:00 horas

Por videoconferência

GT Coordenado pelas: - Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura /SES e Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS.

PAUTA

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

1.1 – Apresentação da Portaria nº 3160/GM/MS, de 09 de fevereiro de 2024, que trata de solicitação de recursos ao Ministério da Saúde em resposta a emergências em saúde pública. (SPLAN/SES).

Dr. Túlio Oliveira – Superintendente de Planejamento/SPLAN/SES, disse que assim que a Portaria Nº 3.160/GM/MS foi publicada, a SES solicitou o custeio para as emergências em saúde pública, essa é uma apresentação que foi feita em um primeiro momento às Regionais de Saúde da SES e um momento de capacitação com os municípios e no GT que antecede a reunião da CIB. Quanto mais conseguir disseminar essa Portaria, esclarecer sobre ela, mais possibilidade de pleitear recursos, principalmente agora que com a crise das Arboviroses (Dengue, Zika e Chikungunya). Preparou essa apresentação, informou a Dra. Patrícia que o COSEMS já tem uma cópia e foi feita uma gravação de toda essa explanação e enviada ao COSEMS, para auxiliar os municípios. Informou que Goiás foi primeiro Estado a ter acesso à Portaria, mesmo antes dela ter sido publicada, foi na CIT que foi apresentada. Foi mostrado a Previsão Normativa que apresentou a Portaria GM/MS Nº3.160 de 9 de fevereiro de 2024, que alterou a Portaria de Consolidação GM/MS nº 06, que regulamenta o incremento financeiro, no custeio de resposta as emergências em saúde pública no âmbito da Atenção Primária a Saúde; da Atenção Especializada à Saúde; e da Vigilância em Saúde. A Portaria trata de todas as emergências em Saúde Pública, nas situações: epidemiológicas com risco de disseminação nacional; agentes infecciosos inesperados; reintrodução de doenças erradicadas; gravidade elevada; e extrapolação da capacidade de resposta municipal ou estadual. Essa foi a primeira situação que podemos solicitar recurso; a segunda situação é a de desastres: emergência ou calamidade pública por desastres que impliquem atuação direta na área de saúde pública, e ausência de condições de atendimento às demandas por ações e serviços públicos de saúde, em virtude da situação de desastre; e por último as situações de desassistência à população: risco à saúde dos cidadãos por incapacidade ou



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

insuficiência de atendimento às demandas públicas de saúde; e extrapolação da capacidade de resposta municipal ou estadual. Reforçou que são essas três situações, que os Município ou Estado podem solicitar o custeio ao Ministério da Saúde para essa emergência em Saúde Pública. Para dar a seriedade do pedido de custeio ao Ministério necessita do ofício, acompanhado do Decreto de Declaração de Emergência em Saúde Pública respectivo, é necessário que o Município tenha declarado por meio de Decreto a Emergência em Saúde Pública. E esse ofício acompanhado do Decreto tem que ser enviado ao Departamento de Emergência em Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do MS. Caso precisar do e-mail, celular da unidade, a qual vai ser endereçado o ofício acompanhado do Decreto de Emergência em Saúde Pública, será repassado. Tudo certo, submeteu o pedido, o que será feito depois? No prazo e 30 dias após o primeiro repasse, o Município ou o Estado deve enviar o Plano de Ação de Enfrentamento à Emergência em Saúde Pública e esse Plano de Ação deve conter três informações básicas, como: I - Condição de saúde local, considerando a situação epidemiológica, necessidade de atendimento à população e a sobrecarga da rede assistencial; II - Capacidade instalada da Rede de Atenção e o aumento das ações e serviços públicos de saúde (ASPS), que foram ocasionados em razão da emergência; III - Descrição das ações de saúde a serem realizadas, de forma detalhada, conforme os eixos descritos como Atenção Primária - APS, da Atenção Especializada e da Vigilância em Saúde; IV - no caso de Plano de Ação com participação de mais de um ente federativo requer uma Resolução CIB (admitida resolução *ad referendum*). Reforçou em caso de Plano de Saúde for de mais de um município, ou seja, se o município – A, fez um Plano de Ação junto com o município - B, precisa ser avaliado e pactuado em CIB; se o Plano de Ação for elaborado e executado só por um ente, não necessitará de uma Resolução CIB e acrescentou que o prazo é de 30 dias após o primeiro repasse enviado pelo Ministério. Não é necessário que o município coloque valores que ele pretende pleitear, esses valores serão calculados pelo Ministério da Saúde, serão levados em considerações três aspectos, nos eixos: - Na APS, a referência de financiamento das equipes, programas ou serviços da APS cofinanciados pelo Ministério da Saúde, podendo ser transferido, primeiro repasse, o valor de até uma parcela; - Demanda da Atenção Especializada, o valor de referência é de 10% dos valores financeiros da produção ambulatorial registrada como procedimento em “Caráter de Atendimento de Urgência”. No Sistema de Informações Ambulatorial do SUS (SIA/SUS), considerando os últimos doze meses; - Vigilância em Saúde, a referência no valor mensal do teto de vigilância em saúde, sendo os repasses feitos de forma mensal durante a vigência do decreto de emergência. Será calculado o valor em função dessas três referências, da Atenção Primária, como na Atenção Especializada e Vigilância em Saúde. O recurso financeiro chegou, como os municípios ou o Estado poderão utilizar? Em primeiro lugar são as despesas de custeio relacionadas ao atendimento da emergência em saúde pública, pode incluir pagamento de pessoal, aquisição de medicamentos, logística e outras despesas correntes, o recurso tem que ser gasto no exercício corrente, não pode deixar para o próximo ano. Uma observação importante é que o recurso só pode ser utilizado em custeio, não pode ser usado em construção, ou ampliação de edificações e nem em aquisição de material permanente, não pode ser gasto aquilo que vai agregar ao patrimônio de quem está solicitando esse recurso. Se sobrar recurso no caixa, a Portaria mostrou quando pode utilizar o recurso, como faz para pleitear esse recurso, depois que o recurso chegou o que tem que fazer o que é o Plano de Ação, como pode



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

utilizar esse recurso que sobrar, a Portaria diz o seguinte: poderão ser utilizados em outras ações de custeio em saúde, respeitada a respectiva classificação orçamentária, nas seguintes hipóteses: I - cumprimento integral do Plano de Ação de Enfrentamento à Emergência em Saúde Pública; ou II - encerramento da situação de Emergência em Saúde Pública antes do prazo previsto no Plano de Ação de Enfrentamento à Emergência em Saúde Pública. A situação de emergência ela deixou de existir e não estava no Plano de Ação e é considerado emergência, pode utilizar esse recurso de custeio para outras ações em saúde. Como será feito o monitoramento, como o Ministério fará o monitoramento a aplicação dos recursos transferidos? - Publicização semanal da evolução da situação de saúde, é como o Estado está fazendo, semanalmente, diariamente a evolução da situação de saúde aqui do Estado; - Registro dos atendimentos na base de dados nacional do SIH/SUS/SIA/SUS ou no e-SUS APS, - Registro dos casos de óbitos nos respectivos sistemas de informação da vigilância em saúde; - Apesar disso o Ministério da Saúde também vai acompanhar a execução do Plano de Ação, com informações físicas e financeiras;- Comprovação da aplicação dos recursos financeiros recebidos, por meio do Relatório Anual de Gestão – RAG. - Se verificado que os recursos financeiros transferidos foram executados, total ou parcialmente, em objeto distinto ao originalmente pactuado, será aplicado o regramento disposto na LC nº141/2012, e no Decreto nº7.827/2012. Finalizou a apresentação reforçou que as Regionais já estão cientes e já foi feita uma primeira capacitação com os municípios, foi uma reunião com mais de 200 pessoas. Solicitou que o máximo que puderem devem disseminar o esclarecimento dessa portaria, principalmente, agora, que está na situação de emergência. Agradeceu e se colocou a disposição para esclarecimentos quanto a Portaria.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS de Inhumas/Presidente do COSEMS, agradeceu ao Dr. Túlio pela apresentação, agradeceu a Dra. Jaqueline que colocou o nome do Diretor, o contato e o e-mail do Departamento de Emergência de Saúde Pública, disse que não encontrou no site do Ministério, mas já está colocado, solicitou mais uma gentileza de colocar no chat, o artigo do resumo dos slides do que foi apresentado, para que seja um instrumento de consulta, para todos que estiverem seguindo o passo a passo, falou que não deve passar essa oportunidade.

1.2 – Apresentação da Portaria nº 3.139/GM/MS, de 08 de fevereiro de 2024, que trata e aplicação de saldos financeiros dos recursos da COVID - 19. (SPLAN/SES)

Dr. Túlio Oliveira – Superintendente de Planejamento / SPLAN/SES, começou sua apresentação mostrando que a Portaria nº 3.139 foi editada uma vez que a Emenda Constitucional nº 132/2023 no artigo 137 traz que os saldos financeiros dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde e pelo Fundo Nacional de Assistência Social para enfrentamento da pandemia de COVID - 19 no período de 2020 à 2022 aos fundos de saúde e Assistência Social Estadual, Municipal e do Distrito Federal, que poderão ser aplicados até 31 de dezembro de 2024, para o custeio de ações e serviços públicos de saúde e de assistência social, observadas, respectivamente, as diretrizes emanadas do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social. A Portaria trata Aplicação dos saldos financeiros dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde, para enfrentamento da pandemia de COVID - 19 no período de 2020 a 2022, aos fundos de



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, para despesas de Ações e Serviços Públicos de Saúde. Os saldos dos recursos de COVID-19 de que trata a Portaria e a Emenda Constitucional poderão ser executados, exclusivamente, para despesas com ações e serviços públicos de saúde, seja para despesas correntes ou de investimento, nos termos da: Lei Complementar no 141, de 13 de janeiro de 2012 (Art. 2º e Art. 3º); Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Art. 8º). Essas duas Leis Complementares regulamentam as ações no serviço público de saúde. As Diretrizes são que as ações sejam: destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito; estejam em conformidade com os Planos de Saúde de cada ente da Federação; e sejam de responsabilidade específica do setor da saúde; deverão ser aquelas financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde. As ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente. Algumas hipóteses que esse saldo poderá ser gasto: vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária; atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade; capacitação do pessoal do Sistema Único de Saúde (SUS); desenvolvimento científico e tecnológico promovidos pelo SUS; produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS; Manejo Ambiental vinculado ao controle de vetores de doenças; Investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras em estabelecimentos públicos de saúde; Remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade, incluindo os encargos sociais. A prestação de contas da execução desse recurso será feita por meio do Relatório Anual de Gestão – RAG, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 2012 seguindo o artigo nº 36 sendo que envio de Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas /Presidente do COSEMS, pediu aos colegas para se atentarem aos Planos de Saúde e tudo que é executado dentro do Plano. Importante manter os relatórios em dia e criar um rastro legal das ações dentro do sistema.

Dr. Túlio Oliveira – Superintendente de Planejamento/ SPLAN/SES, solicitou à Dra. Lirce que repassasse a apresentação às CIR's. Disse que é uma oportunidade, esse ano de 2024, utilizar o saldo da COVID - 19, frisa que esse recurso hoje está na saúde, mas ao ser devolvido sai do SUS, entra para o Tesouro da União e pode ser alocado em outras áreas, tem um movimento para garantir que esses recursos continuem no SUS, canalizar os esforços para a execução até 31 de Dezembro de 2024.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas /Presidente do COSEMS, pediu para a área técnica fazer um levantamento pontual do saldo, por município, e em conjunto SES, COSEMS e municípios fazer uma mobilização, como foi para os saldos remanescentes nas contas da reprogramação.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dr. Túlio Oliveira – Superintendente de Planejamento/SES, respondeu que nesse caso, não dá para detectar o saldo remanescente na conta do município, porque esse recurso, a partir de 2018, entra numa conta única dos Municípios e do Estado, é a conta custeio SUS, a Secretaria de Estado não consegue acessar, não tem um sistema informatizado, o recurso não é depositado exclusivo COVID - 19, não é separado, todo misturado, é uma missão para o próprio município, mas se não teve controle ou rastreamento desse recurso vai ter dificuldade.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas/Presidente do COSEMS, disse que verificará se o CONASEMS tem instrumento para viabilizar esse dado, sugere encaminhar ofício ao Ministério da Saúde, assinado em conjunto SES e COSEMS, bipartite, solicitando informações do saldo remanescente de transposição em conta dos municípios.

Dr. Túlio Oliveira – Superintendente de Planejamento/SES, disse que tem diferença dos saldos de contas anteriores com atual, antes o saldo era discriminado por conta bancária, agora é conta única, recebe COVID - 19, MAC, Piso de Vigilância, Assistência Saúde Bucal.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas /Presidente do COSEMS, respondeu que o Ministério da Saúde tem via Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS o que o Município executou e o que tem de saldo.

Dr. Túlio Oliveira – Superintendente de Planejamento/SES, perguntou se de COVID – 19?

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas /Presidente do COSEMS, respondeu sim, por isso sugere ofício Bipartite, solicitando saldo por município, pela rotatividade muitos gestores desconhecem o que tem em conta, fazer um esforço tripartite para tentar auxiliar os Municípios.

Dr. Túlio Oliveira – Superintendente de Planejamento/SES, concordou.

Encaminhamento: vai para reunião da CIB

1.3 – Apresentação do Grupo de Trabalho do PEGTES. (SPLAN/SES)

Dr. Túlio Oliveira – Superintendente de Planejamento/SES, apresentou os membros do grupo de trabalho concebido para elaboração do Plano Estadual de Gestão do Trabalho e Educação da Saúde PEGTES: Raimundo Tiago e a Patrícia Gomes - Planejamento; Cláudia Resende e a Rafaela Noletto - Gestão de Pessoas; Cristiane Pimenta e Paula Cristina Educação - Saúde, eleitos nas Macrorregiões: Centro-Oeste, Francisco Tarcísio de Alencar Mota - Coordenador do Núcleo de Educação Permanente em Saúde -NEPS Mozarlândia; Centro Sudeste, Arivan Alves Ferreira - diretor de Regulação de Aparecida de Goiânia; Nordeste Luciana Gomes de Paula Fabelício de



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



cosems|GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Posse; Norte, Priscilla Martins Ferreira - Coordenadora de Vigilância em Saúde de Uruaçu; Sudoeste, Cibele Tavares de Freitas de Rio Verde, também tem representantes do Conselho Estadual de Saúde Marcela Rodrigues de Rezende e Rosa Irlene Maria Serafim; COSEMS, Carla Guimarães Alves e Aline Raquel Lino Gomes; Comissão de Integração de Ensino Serviços - CIES Júlia Beatriz Dani Rinaldi e Sandra Maria Belmonte Moreira; Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em Goiás - SEMS Letisa Comparin Dala Nora e Alessandra Belota de Souza; Escola de Saúde Pública, Mayara das Graças Souza Camelo Pinto Paludo; Escola de Saúde Pública de Aparecida de Goiânia, Ana Valéria dos Santos Barroso; Escola de Saúde Pública de Anápolis Júlia Maria Rodrigues de Oliveira, a primeira reunião é dia 6 de março de 2024 das 9 horas às 12 horas, no Conecta SUS, para apresentação dos membros e integração grupo, definir a contextualização do plano de trabalho, das prioridades, ações, estratégias, distribuição das tarefas, responsabilidades e definir a agenda.

Dra. Carla Guimarães – Assessora Técnica/COSEMS, disse que seria importante viabilizar uma reunião híbrida, considerando as distâncias para deslocamento, é uma possibilidade, a forma presencial é fundamental, sugere colocar no convite a presença no Conecta SUS, tem reuniões extremamente produtivas que acontecem 100% presencial ou híbrida, depende muito do comprometimento de todos, acredito que todos os nominados estão muito comprometidos com a elaboração de um Plano que de fato faça a diferença no nosso Estado.

Dr. Túlio Oliveira – Superintendente de Planejamento/SES, disse que é somente a primeira reunião é de forma presencial para socializar e conhecer o grupo, posteriormente serão de forma híbrida.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas/Presidente do COSEMS, disse que é importante discussão nas cinco macrorregiões, deseja um engajamento do início ao fim na elaboração do Plano Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretaria de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura, disse que será uma experiência inovadora, desafiadora, é um trabalho coordenado da gestão de pessoas, trabalho e da educação, vai precisar do engajamento, participação muito ativa de todos os membros, aguarda que o Ministério traga mais luz para algumas lacunas, dúvidas, vai ser um aprendizado para todos, é um avanço.

Encaminhamento: não vai reunião da CIB

1.4 – Proposta de datas para reuniões dos GT's e da CIB do mês de março: GT de Atenção à Saúde dia 22/03 (sexta-feira); os GT's de Gestão e Governança e Vigilância em Saúde dia 25/03 (segunda-feira) e a reunião da CIB dia 27 (quarta-feira). (SES/COSEMS)



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Carla Guimarães – Assessora Técnica COSEMS, solicitou a busca da pauta do grupo de trabalho para elaboração do Plano Estadual de Gestão do Trabalho da Educação, que é a proposta do Raimundo Tiago, foi que a reunião acontecesse no dia 06 das 9 às 12 horas e as quartas-feiras. Para o COSEMS não é um dia que conseguem participar devido as agendas fixas para as quais dispõem de substituição, seria necessário fazer uma mudança embora a pauta não siga para CIB, deixou registrado para que se possível a agenda nessa primeira reunião estratégica seja modificado o dia para que ela não aconteça na quarta-feira e que as próximas também não tenham essa data esse dia da semana como um dia para agendas fixas de trabalho, se for possível mudar para quinta ou para terça-feira, são dias que ficam mais tranquilos para participar, disse que na quinta-feira é um dia melhor, agradeceu.

1.5 – Adesão ao Governo Digital (GOV.BR), Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) e Cadastro Nacional de Usuários do SUS (CADSUS). (SUTIS/SES).

Dra. Diana Guimarães – GESAD/SUTIS/SES, falou do governo digital para Atenção Primária em Saúde, o benefício na verdade da rede nacional em dados de saúde para continuidade do cuidado do paciente. A rede nacional de dados em saúde ela faz parte do programa do antigo CONECTA SUS que é um programa do governo federal que prevê a informatização e integração dos dados de saúde para os estabelecimentos de saúde entre os órgãos federativos e também coloca o paciente como protagonista dessa assistência e faz parte da estratégia de saúde digital. Tem meta até 2028 para que a Rede Nacional de Dados em Saúde - RNDS, seja estabelecida e reconhecida como plataforma digital de inovação no serviço de saúde, que faz parte da estratégia de saúde digital, que é promover os serviços digitais que tratam da capacidade da interoperabilidade de informações coletado nesses estabelecimentos, é garantir que independente de onde o paciente passe, de onde o paciente seja assistido, a equipe assistencial tem acesso aos dados desse paciente para uma melhora na assistência, para que não sejam repetidos exames desnecessários para que tenha de fato a continuidade do cuidado ao cidadão, ao paciente. Os benefícios de integrar a RNDS será essa continuidade do cuidado, do melhor atendimento do paciente, uma vez que nem sempre o paciente sabe dizer o que ele teve, o que ele tomou, o que ele fez no seu tratamento prévio; conectar os dados para combater epidemias para que tenha ações em tempos oportunos para benefício da população; eficiência na gestão do recurso público, a prova disso que teremos os dados de saúde, e o cofinanciamento da atenção primária a partir dos dados desse uso na APS. Então, num contexto geral é que possa melhorar essa assistência e ter esses benefícios como objetivo para a melhoria da assistência ao paciente e a população. O desafio de integrar a RNDS é preciso que o município esteja conectado ao governo digital, tenha a adesão ao governo digital, então a ação aqui é para que se conscientizem dessa necessidade do município ter essa adesão ao governo digital para que seja possível a integração ao RNDS. Existe uma parceria da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado para que até o final de 2024, 50% dos Municípios do Estado tenham aderido ao governo digital. Disponibilizaram apoio para que os municípios possam aderir a Rede Nacional de Dados em Saúde.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura/SES, falou da importância do mundo digital, quanto mais conectado o município estiver mais ele vai conseguir acompanhar, não só o que está acontecendo hoje, mas o que ainda vem pela frente, não é viável no mundo que nós estamos vivendo hoje o governo cada vez mais se conectando, buscando redes, buscando uma interoperabilidade entre os dados. Não podemos ficar alheio a esse processo e disse que conta muito com a atuação de todos, a equipe de gestão que estão próximos da governança e gestão, a toda estrutura administrativa das secretarias para que sejam grandes impulsionadores do processo de governo digital no seu município. Diante disso, a Superintendência de Tecnologia da Informação ou os coordenadores regionais da área de tecnologia estarão para apoiá-los nisso e em alguma dificuldade. Se precisarem de apoio para fazerem esse cadastramento para se conectarem, vão auxiliar, mas busquem isso, busquem, porque os municípios precisam estar assim, realmente, conectados com o que está acontecendo no âmbito Estadual ou no âmbito municipal digitalmente.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas/Presidente COSEMS, disse que o objetivo é esse, e a Secretaria de Ciência e Tecnologia a todo vapor para apoiar os municípios construindo juntos como Dra. Ana, bem colocou, da importância, da relevância. O COSEMS foi para segunda Live promovida. Primeiro foi com uma macrorregião, agora tiveram a segunda para que todos os técnicos dos municípios que lidam com essa parte de sistemas de informação estejam atentos e tirassem qualquer dúvida. Reforçou para que soubessem quem são as pessoas de referência para buscarem, porque é complicado, uma vez que tem municípios que trabalham com sistemas terceirizados, que estão recentes nessa interoperabilização, ao mesmo tempo o Ministério vem com movimento muito forte para reduzir a perda de dados de um sistema que importa para outro e a cada importação perde informação. Então, o Ministério tem feito um movimento muito grande através da Secretaria de Tecnologia da Informação, da Dra. Ana Estela, para que tudo vá para dentro da RNDS, se nós os municípios não acompanharmos esse movimento, seremos os mais prejudicados, porque tudo que envolve recurso vem com base de indicadores atrelados a algum tipo de produção, então precisamos de um movimento muito grande nesse sentido e uma outra coisa que preocupa é que aquele sistema que o Estado está adquirindo para de fato fazer gestão da regulação, porque hoje não tem essa gestão, o sistema de regulação no Estado, não edita dados busca do CadSUS, ele busca os dados do paciente do CadWeb. Então, é preciso começar de agora, até propôr para um movimento de forma gradativa atualizar o CadSUS e Web, para que quando implante de fato o nosso sistema de regulação, que já esteja com todos os pacientes atualizados ali dentro do CadWeb. Por isso, além da RNDS, é importante essa linguagem também, porque precisarão para efetivar a operacionalização do novo sistema de regulação que o Estado está adquirindo para que as informações dentro do CadWeb estejam atualizadas, é pensar num movimento grande para o Estado inteiro. Falou sobre uma pergunta da Dra. Lilian que pode ter problema para aderir, e respondeu que não deve ter se o seu sistema terceirizado colocar algum empecilho, tendo visto que é um movimento nacional e que todos precisamos estar dentro da RNDS, e está dizendo porque teve dificuldade com sistema, teve que ameaçar a quebra de contrato, porque sabe que esse movimento além de ser resistente ainda existe.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Diana Guimarães – GESAD/SUTIS/SES, falou que vão pensar sim, numa ação para essa atualização do CadSUS e CadWeb, apresentarão para todos e trabalharão internamente para buscar uma mobilização que vai depender também muito do cidadão querer atualizar o seu cadastro, a grande maioria está atualizado no GOV.BR querendo ou não que é do governo federal, até por conta da declaração de imposto de renda dessas necessidades.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura /SES, disse que ficarão com essa missão de seguir com mais apoio nesse sentido, e quanto a dificuldade ela vai acontecer em qualquer momento que fizer esse movimento, e acredita que o quanto antes menos desafiador, porque a medida que a Rede for crescendo mais a complexidade vai aumentando, porque serão muito mais dados a serem compartilhados, muito mais questões conectadas, então se começar agora nessa jornada, nesse primeiro momento já vai adquirindo alguma experiência para quando isso tudo tiver bem maior, ficar uma transição menos robusta.

Encaminhamento: Vai para a reunião da CIB

1.6 – Caravana da Enfermagem em Goiás, no dia 1º de março de 2024, das 08h30 às 12h, no auditório do HECAD. (SES/COSEMS).

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas/Presidente COSEMS, disse que já foi discutido bastante, diante de tantas especulações que envolvem essa atualização que saiu na cartilha, fizeram o convite para que a equipe técnica do Ministério da Saúde que são os responsáveis pela cartilha e por tudo que envolve InvesteSUS, alimentação dos sistemas e tudo mais. Que todos estivessem presente na reunião da CIB, eles confirmaram a presença na reunião da CIB no dia 29/02 e se colocaram à disposição para no dia seguinte, dia 01 de março que será das 08:30 às 12:00 no auditório do ECAD, onde a equipe que eles denominam Caravana da Enfermagem do Ministério da Saúde, estará com os técnicos para discussões mais esmiuçadas, porque sabe que na reunião da CIB será uma discussão para gestores, e essa proposta do dia primeiro é uma discussão técnica, onde o técnico do município que alimenta o InvestSUS pode levar o notebook para tirar dúvidas, mesmo quanto à alimentação do sistema, quanto a operacionalização, tudo, será uma manhã com a equipe do Ministério da Saúde denominada Caravana da Enfermagem onde os técnicos ficarão à vontade para levarem seus Laptops para entrar no sistema e fazerem o *print* de tela. Reforçou que podem levar que a equipe do Ministério estará lá para sanar as dúvidas, um momento voltado para o Estado de Goiás e não podem deixar de participar.

2 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO

2.1 – Pactuar a revisão das pactuações intermunicipais de Brazabrantes e Caldas Novas, a partir da competência março/2024, parcela 04 de 2024. (Ernesto Antônio dos Santos – Técnico da Programação Assistencial SPLAN/GPASS).



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS|GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dr. Ernesto Antônio dos Santos – Técnico da Gerência de Programação Assistencial SPLAN/GPASS/SES, disse que conforme pactuado de 03 em 03 meses é aberto para as pactuações intermunicipais. Neste mês de fevereiro/2024 somente 02 municípios solicitaram a pactuação intermunicipal. Citou o total do aumento de Teto, remanejamento e as diferenças.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas/Presidente COSEMS, perguntou se o técnico de Brazabrantes teria retirado do município de Inhumas, do ambulatório.

Dr. Ernesto Antônio dos Santos – Técnico da Gerência de Programação Assistencial SPLAN/GPASS, respondeu que houve retirada da parte hospitalar também, e passou para o município de Goiânia.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas/Presidente COSEMS, questionou que não havia hospitalar não.

Dr. Ernesto Antônio dos Santos – Técnico da Gerência de Programação Assistencial SPLAN/GPASS, disse que no sistema estava pactuado e foi repassado para o município de Goiânia que teria concordado. Então, o município de Brazabrantes estava pactuado com Inhumas e não estava encaminhando pacientes, por isso, que sempre frisa para fazerem a verificação da PPI constantemente.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas/Presidente COSEMS, pontuou que neste sentido vinha solicitando uma oficina. Poderiam verificar num local para fazer por Macrorregião, uma Oficina de apoio para os municípios verificarem a PPI para constatar o que tem de abrangência.

Dr. Ernesto Antônio dos Santos – Técnico da Gerência de Programação Assistencial SPLAN/GPASS, concordou, e que conversaria com o Dr. Túlio, com a Dra. Ana Carolina para planejarem e estruturarem isso.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas/Presidente COSEMS, disse que ainda existe muita cofunção e é importante trabalhar isso.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura /SES, perguntou se preferem que seja feito presencialmente ou online.

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas/Presidente COSEMS, disse que pode ser online também, porque cada um em seu computador vai trabalhando com sua PPI. Apesar de o presencial ser mais efetivo.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura /SES, disse que realmente o presencial é mais efetivo, mas seria ofertado para um número menor de pessoas pelo espaço físico e computadores disponíveis. Mas deu um norte para poderem estruturar isso, talvez, inicialmente façam uma online para que várias pessoas participem. Posteriormente podem pensar em oferecer presencial.

Encaminhamento: o item foi para pauta da reunião da CIB.

2.2 – Considerando a Resolução nº 032/2024 – CIB, que aprovou a transferência da gestão e regulação das Unidades de Saúde: Hospital Espírita Eurípedes Barsanulfo – Casa de Eurípedes, CNES 2517957, e do Instituto Espírita Bатуira de Saúde Mental, CNES 2519186, da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia para a Secretaria de Estado da Saúde, pactuar a transferência de recurso financeiro do Fundo Municipal de Saúde Goiânia para o Fundo Estadual de Saúde, no valor anual de R\$ 9.146.987,88 (nove milhões, cento e quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e sete reais e oitenta e oito centavos), a partir da parcela 4/2024. (SPLAN/SES)

Dra. Paula Santos – Superintendente/SPAIS/SES, disse que fizeram a pactuação da transferência do CNES destas Unidades no mês de Janeiro/2024 e seria a pactuação do valor financeiro conforme as portarias estabelecidas pelo MS, que tem repasse financeiro e o total de leitos de cada Unidade que foram visitadas pelas equipes, e teve o cálculo pelos leitos Unidade. O cálculo foi todo feito de acordo com a portaria do valor unitário pela tabela SUS de diária de leitos, em que chegaram a esse quantitativo para que façam transferência do recurso do Estado, já que o CNES da Unidade já pertence ao Estado. O processo de contratualização já estaria em andamento, como houve a mudança do sistema em relação a contrato, mas a equipe já estava trabalhando e acreditava que no mês de abril já estaria direto com o Estado e estavam fazendo a reorganização dos recursos.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura /SES, perguntou se o item poderia ser levado para pactuação?

Dra. Patrícia Palmeira – SMS Inhumas/Presidente COSEMS, respondeu que sim e falou que passaria a condução da reunião para a Dra. Jaqueline, pois teve um imprevisto e que teria que sair da reunião.

2.3 – Considerando a Resolução nº 033/2024 – CIB, que aprovou a transferência da gestão do Instituto de Medicina do Comportamento Eurípedes Barsanulfo, CNES 2361779, localizado no Município de Anápolis, da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, pactuar a transferência de recurso financeiro do Fundo Municipal de Saúde de Anápolis para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

2.951.295,33 (dois milhões, novecentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e cinco reais e trinta e três centavos) ao ano, a partir da parcela 4/2024. (SPLAN/SES).

Dra. Paula Santos – Superintendente/SPAIS/SES, disse que seria a mesma situação do município de Goiânia que fizeram a transferência do CNES de 03 Unidades. A Resolução CIB já estava assinada e organizada para ser encaminhada para o Ministério da Saúde e a parte referente a contratualização já estava em andamento. Estão alinhado com a Unidade e com o município de Anápolis, todos os processos e documento e já fizeram as visitas nas 03 Unidades em Goiânia e Anápolis e estava tudo encaminhado.

Dr. Marco Lima – SMS de Anápolis, disse que precisam ficar alinhados para que enquanto município providencie a questão da contratualização. Se pudesse encaminhar ao município a previsão de data para conseguirem se organizar enquanto contratualização.

Dra. Paula Santos – Superintendente/SPAIS/SES, respondeu que sim, entraria em contato para alinhar tudo ainda naquela semana.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura /SES, disse que o item 2.3 também seria levado para pactuação em CIB.

2.4 – Recomposição do Teto MAC do município de Chapadão do Céu, de R\$ 288.342,88 (duzentos e oitenta e oito mil, trezentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos) para R\$ 1.292,005,72 (hum milhão, duzentos e noventa e dois mil, cinco reais e setenta e dois centavos) destinado ao atendimento da população própria e referenciada, conforme Resolução nº 003, de 09 de fevereiro de 2024, da CIM Sudoeste. (SMS Chapadão do Céu).

Dra. Fernanda de Souza – SMS Chapadão do Céu, apresentou o histórico do município e disse que o pedido se justificava por extrapolar a produção MAC e o recurso repassado não estava comportando toda demanda. Mostrou um demonstrativo da comparação e disse que por isso estava solicitando o valor de R\$ 1.292,005,72 (hum milhão, duzentos e noventa e dois mil, cinco reais e setenta e dois centavos) no ano de 2024 por ter um deficit de mais de hum milhão.

Dra. Ana Carolina Abrahão –Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura /SES, disse que o item poderia seguir para pactuação em CIB.

2.5 – Pactuar a solicitação de incremento do Teto MAC para o Município de Itapuranga, incorporando ao recurso anualmente transferido, o valor de R\$ 534.473,64 (quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta e quatro centavos) ao ano, destinado ao custeio das ações para a população própria e referenciada. (SMS Itapuranga).



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Lirce Lamounier – Secretária Executiva da CIB, disse que o item foi retirado de pauta.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva do COSEMS, perguntou se havia alguém do município de Itapuranga presente na reunião. Como ninguém se manifestou queria chamar a atenção que tem uma Resolução CIB que já havia pactuado esse fluxo de composição, tal qual o município de Chapadão do Céu havia apresentado de fato há um déficit no MAC em 100% dos municípios do Brasil. Logo, é importante que os municípios observe esse fluxo e façam o acompanhamento para encaminhar na reunião da CIB. Lembrou que a recomposição o Teto não é somente do município, mas também do Estado.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretária de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura /SES, disse que item foi retirado de pauta.

Item retirado de pauta

3 – INFORMES:

3.1 – Divulgação de questionário sobre Planejamento em Saúde e do sistema DigiSus Gestor – Módulo Planejamento. (Superintendência Estadual do Ministério da Saúde em Goiás/Seinp).

Dra. Cíntia Silva – SEINP-GO, explicou que como representante do Ministério da Saúde, no Serviço de Articulação Interfederativa e Participativa-SEINP, tem a responsabilidade de promover o planejamento ascendente, fazer gestão do Sistema DigiSUS Gestor - módulo planejamento. Disse que tem identificado algumas coisas como prioritárias nesta gestão do Superintendente, Dr. Lucas, que é justamente promover algumas ações de educação permanente na área. Como entendem que a educação permanente tem que ser dialogada, tem que vir a partir de uma necessidade real dos grupos, criaram alguns questionários validados com o COSEMS, a SES e o Conselho Estadual de Saúde, para poder identificar justamente as necessidades de ações educativas sobre a temática do Planejamento em Saúde. Disse que o documento já foi enviado para os apoiadores COSEMS e será enviado num outro momento para o Conselho Estadual de Saúde pois estão num processo de diálogo justamente para coincidir com outras ações que vêm desenvolvendo. Disse que no dia de hoje enviarão o questionário para os gestores e técnicos municipais e, também, para a SES, gerência de apoio das Regionais para terem a devolutiva do que é prioritário e conseguir criar estratégias de educação mais focadas na real necessidade, que não precisa ser necessariamente um curso podem identificar outras estratégias também para poderem atuar. Disse que o prazo de envio das respostas é de 26 de fevereiro até 8 de março/2024 e pediu encarecidamente que dediquem um tempo para poder responder o questionário que é de fácil manuseio.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, reforçou a importância do planejamento e disse que talvez um dos grandes desafios e uma das grandes fragilidades do SUS seja os instrumentos de planejamento. Assim, precisamos fazer o exercício e envidar esforços mesmo os três entes para que os instrumentos de planejamento façam sentido para os gestores que



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

estão na ponta e deixem de ser algo muito cartorial ou que fiquem dentro de uma gaveta somente para dizer que foi feito. Estes instrumentos de fato precisam fazer sentido, precisam ser revisitados e precisam ser atualizados. Precisam realmente ser algo vivo e conversem de fato com as ações que estão acontecendo no território. Parabenizou a iniciativa do Ministério através do SEINP, porque o formulário ficou bastante resumido, podendo ser respondido muito rapidamente sendo a resposta muito importante para organização de uma capacitação, digamos assim, customizada de acordo com as necessidades de cada território. Falamos tanto em planejamento ascendente e este formato que o SEINP está trazendo de fato ouvirá as Regiões e as Macrorregiões através do formulário para entender quais são as necessidades, entregando a capacitação, a qualificação a partir daquilo que for respondido. Disse que o COSEMS está à disposição com os apoiadores e com as Regionais de Saúde podem fazer um trabalho bem próximo aos gestores municipais, apoiando-os nas respostas do formulário.

Dra. Cíntia Silva – SEINP-GO, explicou que é um formulário onde o próprio software se adapta para responder tanto no computador quanto no celular, facilitando para os gestores que possuem várias agendas.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretaria de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura, salientou a importância que todos respondam o questionário para que seja possível fazer ações de capacitação e de planejamento que realmente atenderá as necessidades de cada um. Seria até mais simples para o Ministério pegar um produto de prateleira e fazer uma capacitação em planejamento de forma geral mas a iniciativa de ouvir sobre o que quer aprender, qual é a dificuldade, qual é a sua dúvida, e os entes têm necessidades diferentes, realmente é para que depois colhemos um resultado melhor. O Ministério tem avançado muito e cobrado uma atuação mais efetiva do planejamento nesta última gestão, desde o ano passado vimos este movimento. Como Subsecretária de Planejamento é defensora da pauta de que planejamento faz com que consigamos otimizar muito os esforços para alcançar mais resultados.

3.2 – PROGRAMA MAIS EPS. (Apresentação: Mayara das Graças e S. C. P. Paludo - Coordenadora de Desenvolvimento Institucional da Superintendência da Escola de Saúde de Goiás (CDI/SESG/SUBIPEI/SES))

Dra. Mayara Paludo – CDI/SESG/SUBIPEI/SES, explicou que o Programa Mais EPS tem uma chamada pública do Edital nº 028/2023 da Superintendência da Escola de Saúde de Goiás com o objetivo de publicizar sobre o Programa e trazer transparência do andamento de todo este processo do Programa Mais Educação Permanente em Saúde. São objetivos do Programa: fortalecimento da EPS em Goiás; implantação dos Núcleos de EPS em todo o Estado; descentralização das ações de EPS e melhoria dos indicadores estratégicos da Secretaria Estadual de Saúde de Goiás-SES. Apresentou os 10 indicadores estratégicos de saúde onde municípios fizeram seus projetos baseado em um ou dois indicadores estratégicos de saúde, citando como



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

exemplo a proporção de gestantes com 6 consultas pré-natal, com a primeira consulta realizada entre a 1ª e a 12ª semana e a proporção de pessoas hipertensas com pelo menos uma consulta realizada no semestre. As regras gerais do Programa que já foi apresentado em CIB são: ter implantado o NEPS-Núcleo de Educação Permanente em Saúde na Secretaria Municipal de Saúde-SMS; cada projeto terá o valor limite de R\$ 15.000,00; cada município poderá concorrer com até 02 projetos, desde que estejam vinculados a indicadores diferentes; os recursos do edital serão transferidos diretamente aos municípios, mediante cronograma preestabelecido; incentivo financeiro de custeio no valor de R\$ 250.000,00; despesas de custeio - Decreto Estadual nº 9.738, de 27 de outubro de 2020. Antes do Programa Mais EPS ser elaborado, até o mês de junho/2023 quando foi apresentada a proposta ao COSEMS e à CIB, haviam 39 NEPS implantados no Estado, equivalente a 15,85% dos municípios goianos. Após a elaboração, publicação e apresentação do Programa Mais EPS (a partir de julho/2023) tivemos um impacto muito positivo com 123 NEPS, equivalente a 50% dos municípios goianos. Mostrou o percurso do Programa Mais EPS: julho a dezembro/2023 - elaboração e publicação do edital; janeiro/2024 - inscrição dos projetos de EPS pelos municípios; neste momento estamos no período de avaliação (14/02 a 08/03/24) dos projetos que foram inscritos, através de uma Comissão de avaliação composta por 20 pessoas selecionadas e são servidores da Superintendência da Escola de Saúde que analisarão 90 projetos de forma “duplo cego”, ou seja, uma pessoa analisa o projeto e a outra pessoa não sabe quem fez a primeira análise, trazendo mais transparência ao processo; previsão do resultado final da classificação e ranqueamento dos projetos dia 18 de março de 2024. Trouxe ao final uma mensagem para reflexão “Novas ideias abrem possibilidades de mudanças, mas não mudam. O que muda a realidade é a prática.”.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretaria de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura, afirmou ser entusiasta do Programa Mais EPS, da educação. Então tudo que é para educar, para aprender, para capacitar, acredita ser uma coisa que reverte muito individualmente para cada um, o conceito do “lifelong learning” vamos aprendendo das mais diversas formas e cotidianamente na nossa vida e isso tudo serve para o nosso desenvolvimento pessoal como indivíduo mesmo e aqui enquanto nosso trabalho essas ações revertem muito a qualidade da saúde, principalmente os municípios que estão bem próximos do cidadão naquelas necessidades mais básicas da saúde. Parabenizou todos os municípios que apresentaram projetos, foi uma demanda grande, maior do que esperavam e ficarão muito contentes ao verem isso repercutir nos indicadores de saúde de cada município.

Dra. Mayara Paludo – CDI/SESG/SUBIPEI/SES, fez um agradecimento especial ao COSEMS e disse que se não fosse através desta parceria, deles acreditarem no Programa, não teria dado tão certo. Acredita que esta será a primeira de muitas edições que virão e agradeceu principalmente ao trabalho da Coordenação Descentralizada de Educação Permanente que trabalha na Escola junto a Gerência de Regionais e também a cada Coordenador de Educação Permanente das Regiões porque o trabalho deles fizeram diferença nesse processo de sair de 15% para 50% dos municípios. Disse que as Regiões de Saúde Pireneus e Nordeste II têm todos os municípios com



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS | GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Núcleos implantados, o que fará muita diferença no fortalecimento das ações de educação permanente em saúde.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, parabenizou também a Escola por ter assumido esse protagonismo e disse que os números falaram por si só, mas não significa que ficarão acomodados. Afirmou ter certeza que a medida que o projeto avançar, alavancará ainda mais. Isso precisa impactar na vida das pessoas que estão na “ponta”, esse é o maior diferencial e especialmente a educação permanente em saúde perpassa todos os níveis de Atenção. Disse ser preciso avançar mas que faça sentido não só para os gestores mas que especialmente, para os profissionais na “ponta”, o que ele poderá entregar aos pacientes que buscam o serviço de saúde, seja na Atenção Básica ou na Atenção Média ou Alta complexidade.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretaria de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura, ressaltou que o COSEMS é um grande parceiro e também grande entusiasta do compromisso com a qualidade da saúde, capacitação, aperfeiçoamento das pessoas, do sistema. Pontuou que quando se trabalha junto, numa causa só, vê o resultado. Questionou se alguém mais gostaria de fazer alguma consideração, comentário e constatou que não tem nada no *chat*. Por fim, reforçou que todos assinassem a lista de presença.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Secretária Executiva COSEMS, agradeceu a participação de todos e disse que o formato dos GTs por ser virtual possibilita com que todas as pessoas dos municípios possam participar e é um importante espaço de educação porque aqui discutimos sobre Portaria, pensamos juntos, sendo assim, também um espaço de qualificação para a gestão não só estadual mas especialmente a gestão municipal de Saúde.

Dra. Diana Guimarães - GESAD/SUTIN/SES, afirmou que estão com problema para receber dados do centralizador estadual do e-SUS APS. Identificaram o problema depois da última atualização e iniciaram tratativas e identificaram que é um erro na versão disponibilizada pelo Ministério da Saúde. Disse que estão tratando o problema, o Laboratório Bridge que é responsável técnico pelo suporte comunicou que na próxima versão o problema será corrigido. Afirmou que estão acompanhando bem de perto, que formalizarão e que recebeu o retorno durante a reunião, por isso que está aproveitando para dar ciência a todos e dizer que estão cientes e que estão tentando resolver o problema.

Dra. Ana Carolina Abrahão – Subsecretaria de Inovação, Planejamento, Educação e Infraestrutura, agradeceu a presença de todos e disse esperar tornar o GT cada vez mais forte, num ambiente de mais discussão, mais intelectualizado, em busca de melhores soluções para o SUS.